



Reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

27.11.2009

Acta Reunião Extraordinária n.º 01/2009

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Novembro de dois mil e nove, pelas 09h30, reuniu nas instalações da CIMT, em Tomar, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a presença dos elementos constantes da lista anexa, (nove membros). Estiveram igualmente presentes técnicos das autarquias, constantes da lista anexa (dezassete membros), bem como presença dos técnicos da CIMT, constantes da lista anexa (dez membros), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Médio Tejo Digital

- 1.1.MTD I
- 1.2.MTD II
- 1.3. Gestão em SIG

2. Projectos Intermunicipais em curso

- 2.1.Educação de Excelência – Plano Tecnológico da Educação
- 2.2.Melhoria da Mobilidade
- 2.3.Afirmação Territorial do Médio Tejo

3. Gestão da Formação

4. Outros Projectos Intermunicipais

- 4.1.Sistema Integrado de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho
- 4.2.QREN – Contratualização
- 4.3.Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação

ANTES ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues iniciou a reunião saudando todos os presentes e em especial os técnicos das C.M. presentes, comentando-lhes que no dia anterior tinha reunido com os técnicos da CIMT de modo a definir algumas estratégias, bem como, a preparação da reunião que hoje tinha lugar, referindo igualmente que a reunião tinha sido bastante proveitosa.

Comentou aos técnicos das Autarquias que se tinha apercebido que os técnicos da CIMT se sentiam subalternos às C.M. e que isto não podia acontecer, sendo a CIMT um organismo autónomo, tendo que responder perante o Presidente e o Conselho Executivo.

Chamou a atenção de que se apercebera igualmente que havia assuntos que não avançavam devido às dificuldades de trabalho e choques de opiniões. Referiu que como Presidente do C.E. da CIMT pretendia criar um espírito de equipa/grupo de trabalho coeso.

Foi igualmente referido que defendia a tradição do Natal no Médio Tejo, pelo que sugeria que fosse feito o almoço de Natal dos funcionários da CIMT no próximo dia 17 de Novembro.

Importa referir que tendo em vista a necessidade de alguns Senhores Presidentes não poderem estar presentes durante a tarde, apenas foram discutidos os pontos da ordem de trabalhos n.ºs 1 (1.1; 1.2; 1.3) e 2.2. Definiu-se igualmente que a reunião que tinha sido agendada anteriormente para o dia 2 de Dezembro sobre a QREN, tinha ficado sem efeito, passando para o dia 3 de Dezembro, às 09h30., na sede da CIMT.

1. Médio Tejo Digital

1.1. MTD I

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues esclareceu que se iria seguir uma metodologia, sendo que cada técnico da CIMT afecto ao projecto faria uma breve apresentação do mesmo em não mais de 5 minutos.

Neste sentido, a Secretária Executiva da CIMT iniciou a apresentação do MTD I fazendo uma breve análise da sua evolução no que dizia respeito aos objectivos alcançados, estrangulamentos e propostas de actuação.

Por sua vez, o Presidente do C.E. António Rodrigues solicitou aos técnicos que se inscrevessem para melhor poderem referenciar os problemas que existiam sobre este tema, numa primeira pediu apenas que se discutisse os Sites. Comentou que este investimento do MTD ultrapassou um milhão de euros.

A primeira autarquia inscrita foi a do Entroncamento, através do informático Emanuel. Este criticou os Sites comentando que os Sites não correspondiam nem às expectativas nem às necessidades, dando como exemplo a noite eleitoral em que demorara uma hora a colocar um artigo que demora normalmente 15 minutos. Referiu que toda a imagem associada condicionava as Autarquias em querer explorar mais a potencialidade de um site autárquico. Referiu que não se conseguiam fazer sub-sites com características específicas e que, com 10% do valor investido conseguem-se fazer plataformas independentes. Defendeu que se deveria deixar cair tudo o que até então se tinha apostado anteriormente.

A segunda Autarquia inscrita foi a de Tomar, através do informático Daniel, criticou igualmente os Sites reforçando serem uma grande desilusão, com uma estrutura demasiado complexa, com dificuldades em efectuar customizações para resolver necessidades do dia-a-dia. O valor do licenciamento foi também focado como sendo demasiado alto. As funcionalidades não funcionam, é lento, caro, não há alertas.

A terceira Autarquia inscrita foi a de Torres Novas, através do informático Mário Gil. Evidenciou que o investimento não podia ser ignorado e que não estaríamos a ser responsáveis senão tentássemos colocar aquela plataforma a funcionar. Explicou que faltava algum esforço e conhecimento técnico para colocar o processo a funcionar e que o retorno era zero ou mesmo negativo.

A quarta Autarquia inscrita foi a de Abrantes, através do técnico Miguel Carvalho., que concordou com Mário Gil, verificando igualmente não ver retorno nenhum para a sua Autarquia. Esclareceu que não se podia desassociar a plataforma do CRM.

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues também comentou que não existia autonomia e que não gostava do Site de Torres Novas, que o de Abrantes piorou, uma vez que era um site muito bom. A Senhora Presidente da C.M. de Abrantes através da sua intervenção concordou que o investimento não poderia ser deixado assim ao acaso, e que os Municípios que depositaram toda a confiança nos políticos não queriam tal como os próprios políticos ver o seu dinheiro a ser esbanjado. Esclareceu que o que estava em causa era a parametrização e que se deveria repensar e ver uma maneira de agir; ou seja, havia a necessidade de verificar se essa parametrização deveria ser autónoma em cada C.M. e verificar o que a CIMT poderia fazer em relação a esta solução. Não poderia ser dissociado um processo do outro devendo haver uma certa ponderação, visto que todas as C.M. mostravam interesse em parametrizar à sua medida.

O Emanuel da C.M. do Entroncamento, voltou a referir a necessidade de que era necessário repensar o quanto custava actualizar os sistemas da Microsoft, visto existirem igualmente soluções AIRC e Medidata feitas e que já tinham recebido inclusive prémios excelência na Administração Pública.

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues concordou com o que tinha sido defendido pela sua colega de Abrantes, Presidente Maria do Céu, bem como com o Emanuel. Evidenciou a necessidade de que se pretendiam resolver os problemas e gastar pouco dinheiro, e que havia a necessidade de se ponderarem valores, pois poderia haver a possibilidade de se ter de fazer tudo de novo em vez de actualizar a solução já existente.

A quinta Autarquia inscrita foi a da Barquinha através do Chefe de Gabinete Joaquim Gomes que defendeu uma ideia que fora posteriormente criticada pelo Presidente do C.E. António Rodrigues, pois achava que se deveriam criar grupos de trabalho, quando isso era já ultrapassado pela chamada "*Task Force*" então anteriormente denominada. Voltou o Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues a esclarecer que os técnicos da CIMT sentiam alguma inferioridade em relação aos técnicos das autarquias pois sentiam que os técnicos das C.M. é que queriam ter o poder de decisão, situação que não iria acontecer mais.

A Secretária Executiva referiu que a CIMT deveria ter tido sempre um corpo técnico que tivesse acompanhado este processo desde o início, o que não aconteceu.

Por sua vez a técnica da Autarquia de Torres Novas, Stela Rato, comentou a possibilidade de se solicitar uma indemnização, no entanto, comentou igualmente que todos eram culpados, visto na altura ter ficado definida uma equipa de trabalho a chamada "*Task Force*" em que todos os documentos eram validados por esses técnicos das C.M. e da CIMT.

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues verificou que cada C.M. teria de verificar os seus problemas, propondo ao C.E. que a CIMT avaliasse esta situação verificando as melhores soluções e custos no que respeita à autonomia de cada C.M.

De modo a terminar a discussão deste ponto, o Conselho Executivo, deliberou por unanimidade que os técnicos da Autarquias iriam avaliar todo o processo acima referido, numa reunião na CIMT, apresentariam uma solução ao Presidente e que, até ao dia 15 de Dezembro remeteriam a posição da CM à CIMT; contudo, os técnicos da CIMT afectos a este projecto teriam de fazer igualmente a sua análise e apresentar propostas no que diz respeito à autonomia de cada C.M.; qual o caminho a seguir; custos; o que adquirir.

1.2. MTD II

A técnica Sónia Santos da CIMT começou por fazer uma breve apresentação do projecto. O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues referiu a importância de se verificar a necessidade de investir num projecto e se este se reflectia nas C.M. em termos de eficácia.

A primeira Autarquia inscrita para falar sobre o assunto foi a do Entroncamento através do Emanuel. Este técnico referiu que o Município do Entroncamento iniciou a Gestão Documental em 2008 sozinhos, ou seja, foi tudo feito internamente. Questionou se esta situação deveria ser uma solução única para todos, ou se cada C.M. avançaria por si, visto a ideia presente ser a obtenção de menores custos possíveis. Comentou ser da opinião de separar o arquivo morto do arquivo digital. Sugeriu fazer parcerias público-privadas como por exemplo a REFER no que respeita à Fibra Óptica. No que dizia respeito ao VOIP considerou ser um excelente exemplo devendo ser rentabilizado no IDC.

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues, questionou o porquê do não funcionamento destes pontos referidos.

A técnica Sónia Santos comentou que este era um projecto novo e que iria custar cerca de 2,2 milhões de euros e que poderíamos ter muitas poupanças.

A Senhora Presidente da C.M. de Abrantes após analisar os slides apresentados referiu a necessidade de se fazer uma abordagem política de modo a rentabilizar a plataforma e permitir economias de escala. Chamou a atenção de que no que respeita ao VOIP visto considerar que verificava que não se teria retorno. Sendo um projecto de início não se deveria prejudicar o que estava como o que aconteceu com o MTD I.

A Senhora Presidente da C.M. de Alcanena referiu que não se iriam cometer os mesmos erros do MTD I. Constatou quando chegou à sua C.M. que a gestão dos documentos era feita à moda antiga, defendendo a ideia de que todos os processos já deveriam estar implementados. Solicitou uma decisão porque a sua Autarquia queria avançar o quanto antes com vários projectos deste foro.

Após estes considerandos, o C.E. deliberou, por unanimidade, que cada C.M. deveria estudar e verificar o que deveria ser feito em conjunto e o que deveria ser feito independentemente. O Senhor Presidente do C.E. Chamou a atenção de que deveria haver alguma solidariedade por parte da C.M.

Este ponto, à semelhança do que foi definido para o MTD I, teria de ser entregue à CIMT até ao dia 15 de Dezembro a posição da CM acertada com os seus técnicos, permitindo uma melhor análise e tomada de posição na reunião do C.E. do dia 17 de Novembro.

1.3. Gestão em SIG

A Secretária Executiva esclareceu os presentes de que tinha havido um reforço dos recursos humanos do SIG, permitindo assim uma evolução dos trabalhos até então desenvolvidos.

Este projecto foi apresentado pela técnica Ana Esteves e pelo técnico Miguel Serra.

A primeira Autarquia inscrita para falar sobre este assunto foi a de Constância, através do técnico Telmo Braz. Começou por questionar sobre os mapas da empresa Forways, o porquê do atraso da cartografia 2000. Felicitou o Munisigweb não só pelo facto de ter sido um projecto-piloto da C.M. de Constância, contudo verificou que ainda existem problemas, sendo que se perderam algumas funcionalidades.

A segunda Autarquia inscrita foi a de Torres Novas. A técnica Ana Sofia, comentou que analisou o levantamento de conteúdos e que a percentagem de erro era superior a 35%; que o levantamento foi recusado por falta de qualidade. Questionou o SIG da CIMT em tudo.

A terceira Autarquia inscrita foi a de Ourém através da técnica Eugénia Lopes. Explicou que no que respeitava ao levantamento de conteúdos I não participou através da CIMT mas sim da AMLEI contudo, verificou que os problemas eram sempre os mesmos, visto não se conseguir confiar na informação que nos é fornecida.

O técnico de Constância comentou que sem fibra óptica seria demasiado complicado ao MunisigWeb, pois está apenas na intranet e para ser colocado na internet teria de ser sedeado no IDC.

No que respeitava ao modelo de dados foi focado pela técnica Eugénia Lopes como sendo um modelo ambicioso, onde todos erraram e teriam de assumir. O técnico de Constância sugeriu que cada C.M. escolheria o seu modelo e a CIMT, por sua vez, escolheria o que bem entendesse das C.M. O Vereador da CM de Alcanena referiu que o processo se arrastou e era fundamental avançar. Deu conhecimento que a CM tinha avançado isoladamente para a actualização da cartografia 10k e considerou que o assunto do modelo de dados já tinha sido discutido em sede própria.

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues propôs que a equipa de SIG da CIMT reunisse com os técnicos das C.M. de SIG, reunião em que gostaria de estar presente. Desta reunião deveria resultar um relatório para se tomarem decisões.

2. Projectos Intermunicipais em curso

2.2. Melhoria da Mobilidade

A técnica Carla Grácio começou por apresentar o projecto da Melhoria da Mobilidade explicando que este tinha duas vertentes:

- a) Transporte a Pedido
- b) Sistema Integrado de Transportes

a) Transporte a Pedido

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues começou por comentar com os restantes Presidentes que estava a ser gasto dinheiro a mais e que, na prática não iria funcionar. Comentou que as C.M. iriam ter novos Centros Escolares e que daí advinha o transporte para as crianças. Evidenciou que a C.M. de Torres Novas tinha uma experiência exemplar ao nível dos transportes urbanos. Entendeu que o transporte a pedido poderia funcionar em cada concelho e não a nível do Médio Tejo. Comentou ser um desastre absoluto e que este projecto iria colidir com direitos adquiridos de ambulâncias, rodoviárias, entre outros.

O Senhor Presidente da C.M de Tomar subscreveu a preocupação do Presidente António Rodrigues, visto verificar esta ser igualmente uma situação demasiado complexa, contudo considerava pertinente a análise em causa pois vivia numa povoação, sem ser na sede do concelho, onde se fazia sentir a dificuldade dos munícipes na sua deslocação do dia-a-dia.

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues reiterou a sua posição de não querer entrar neste projecto, no entanto deixou à consideração dos restantes Presidentes este tema.

A Senhora Presidente da C.M. de Abrantes, por sua vez, comentou não ter uma posição definida sobre este assunto, visto em 2011 acabar a concessão que tem com a Rodoviária do Tejo. Referiu

igualmente a dificuldade que a sua C.M. tem em transportar os idosos à sede de concelho visto a população estar muito envelhecida.

Tendo em conta esta panóplia de confrontações foi deliberado, por unanimidade que cada C.M. deveria rever a sua situação sobre o transporte a pedido e verificarem o que pretendem fazer.

b) Sistema Integrado de Transportes

O Senhor Presidente do C.E. António Rodrigues comentou que este projecto não era entusiasmante, e que mais uma vez iria colidir com os transportes que já estavam no terreno.

A Senhora Presidente de Abrantes referiu que deveriam existir efeitos de escala que poderiam ser reduzidos.

Não tendo sido falado muito mais sobre o assunto, foi solicitado aos Presidentes que ponderassem sobre esta matéria e que avaliassem a eventual possibilidade de se reformular esta candidatura.

Tomar, 27 de Novembro de 2009.